

UM OLHAR PEDAGÓGICO NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

A PEDAGOGICAL LOOK AT HIGH SCHOOL TECHNICAL EDUCATION

Theoffillo da Silva LOPES¹


Amanda da Rocha MOURA²


Karine da SILVA³


Sonia Keilany Leite de LIMA⁴


RESUMO: O presente artigo configura-se como um relato de experiência de atuação da Coordenação Pedagógica no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, na Escola de Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba, salientando os desafios enfrentados e as estratégias traçadas para superação dos mesmos. O trabalho é apresentado sob a ótica de quatro dimensões que perpassam os processos educacionais: o currículo, entendido como um articulador entre a teoria e a práxis educativa, buscando atender as habilidades e as competências exigidas pelas legislações regulamentadoras do Ensino Técnico; o planejamento, promovendo a intermediação de uma compreensão de que o processo de ensino se inicia desde o planejar, em consonância com o currículo e os resultados esperados do processo de ensino aprendizagem; a avaliação, na promoção de suporte didático-pedagógico, enfatizando a avaliação de forma qualitativa, diante de uma cultura de quantificação da aprendizagem; e orientação educacional e pedagógica, onde se estabelece um canal de comunicação entre os setores da instituição e todos os atores envolvidos, proporcionando o desenvolvimento dos objetivos traçados. Nesse sentido, a atuação pedagógica no Ensino Técnico torna-se eficaz naquilo para o qual se propõe, a busca de um satisfatório processo de ensino aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação Pedagógica. Educação. Ensino Técnico.

¹ Doutorando em Educação - PPGE/UFPB; professor de Educação Básica I, da EJA, da Prefeitura Municipal de João Pessoa. E-mail: theoffillo@outlook.com  <https://orcid.org/0000-0002-7775-4885>.

² Mestranda em Educação (Universidade Federal da Paraíba). E-mail: amandadarochamoura@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-8942-0738>.

³ Graduada em Pedagogia (UFPB); experiência profissional como Auxiliar de Coordenação Pedagógica. E-mail: karinesilvasp@hotmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-6000-6277>.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: soniakeilani@hotmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-8870-5600>.
<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n02.04.p53>

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto busca refletir sobre as atribuições do pedagogo em instituições de Ensino Técnico de nível médio, partindo do pressuposto que as atividades exercidas por este profissional buscam superar a visão de promoção de formação técnica apenas para o ato laboral, pois vinculam a esta atividade situações capazes de estimular a emancipação do sujeito. Para tanto, é necessário dialogar com o arcabouço teórico existente sobre educação e as vivências ocasionadas pelas atividades realizadas - seja pela carga de atribuições legais da ação ou pelos desafios inerentes a elas - no cotidiano da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O trabalho do pedagogo estende-se além da sala de aula, interferindo em vários aspectos do processo educativo, nas várias modalidades e níveis de educação. Quando abordamos atividades vinculadas ao Ensino Técnico de nível médio articulamos diferentes perfis de educando, do jovem adolescente ao trabalhador em exercício - pensando em uma visão integral daquele para quem se destina a ação docente.

Faz parte do leque de atribuições do pedagogo articular ações de implementação e investigação do currículo, através de ações descentralizadoras do fazer educacional. O currículo constrói-se pelos setores escolares, pelos valores assumidos no Projeto Político Pedagógico pelos conhecimentos científicos descritos no panorama do exercício laboral.

O Ensino Técnico busca estimular a emancipação do sujeito pela sua identidade profissional e o pedagogo media as relações de conflito que levam o profissional a repensar seu fazer laboral, auxiliando-o a entender-se como ser que aprende ao longo da vida. Logo, a função do pedagogo é repensar as ações da instituição de ensino para que o aluno entenda-se enquanto aprendiz. Pode-se dizer, desta maneira, que o pedagogo auxilia a vida produtiva do homem enquanto busca o auxiliar a desmitificar conceitos enraizados sobre o mercado de trabalho, através da promoção do raciocínio crítico-reflexivo sobre a sua realidade ou o contexto social, econômico, ambiental, cultural e de saúde integral que permeiam os anseios profissionais de quem se educa para o trabalho - não enquanto ser (re)produtivista, mas como questionador de suas ações; produtor de conhecimentos sobre a atividade-ação que exerce. São colocados, finalmente, as percepções dos pilares discutidos a seguir: o currículo, o planejamento, a avaliação e a orientação através de um olhar pedagógico.

CURRÍCULO

Pensar um currículo escolar vai sempre além do simples planejamento da matriz curricular de um curso ou de um Projeto Pedagógico Institucional. O currículo elabora-se num campo de (re)construção sociopolítica constante, com caráter democrático, de inclusão social – prerrogativa constitucional –, com perspectivas multiculturais e diversas, muitas vezes em conflito de interesses, valores e ideais (ROSSI, 2005). O aspecto sociopolítico do currículo dá-se justamente pelo campo diverso de concepções e valores da educação, de forma subjetiva, caracterizada pelo histórico e vivências de todos os atores educacionais na sua construção, docentes, discentes, equipe técnica, pais. O currículo e a educação não são neutros, mas instrumentos políticos de reverberação e de execução de discursos e comportamentos (FREIRE, 1996).

A construção do currículo sob a perspectiva coletiva da comunidade escolar torna-se o primeiro desafio da atuação pedagógica, não somente no Ensino Técnico profissionalizante como em qualquer nível ou modalidade de ensino. Nesse sentido, a ação pedagógica (mesmo sem falar diretamente de política) e a participação discente tornam-se eminentes pois proporcionam condições de fazer valer seus interesses a partir dos quais potencialmente se fortalecem (SAVIANI, 2003). No Ensino Técnico de Nível Médio, a atuação pedagógica caracteriza-se não somente pela participação em comissões de elaboração e revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e no acompanhamento e execução dos mesmos, mas, para além disso, se estabelece como um instrumento intermediador das concepções e interesses presentes, da busca por atendimento de todas as prerrogativas legais, da construção de um currículo que ultrapasse o aspecto teórico se perfazendo numa práxis pedagógica e emancipadora (FREIRE, 1987).

Outro grande desafio para o currículo no Ensino Técnico de Nível Médio é que - mesmo sendo na modalidade de Educação Profissional com articulações na forma subsequente para discentes que já concluíram o Ensino Médio e algumas vezes concomitante entre instituições distintas (BRASIL, 2018) - encontra-se na Educação Básica, necessitando, portanto, de metodologias, objetivos, avaliação e conteúdos condizentes.

A atuação pedagógica no Ensino Técnico visa ainda a superação da organização curricular tecnicista (baseada somente em competências e habilidades) pois procura dialogar (em sua construção) com os temas transversais, com a ciência, a tecnologia e a cultura; as especificidades históricas e sociais na sociedade; atender as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, dentro de princípios éticos, estéticos e políticos (BRASIL, 2012). O currículo apresenta-se então, como um campo híbrido, construído pela territorialização desses fragmentos, com respeito às diferenças, culturas e pensamentos, num espaço de multieducação (MACEDO, 2005).

A re(construção) do currículo no Ensino Técnico é um processo que se desenrola num campo diverso, permeado por conflitos. Pensar e intermediar as discussões do currículo na reflexão dos meios e fins aos quais o mesmo se propõe é um desafio da atuação pedagógica, assim como a evasão - um problema presente em todos os níveis e modalidades de ensino e que nos coloca na posição de atores para um planejamento estratégico na busca de superação desse desafio (PEREIRA, 2017). Nessa mediação, no diálogo necessário à elaboração do currículo e na fala representativa dos discentes encontramos as certificações intermediárias como um instrumento de combate à evasão, estruturadas a partir de um módulo básico comum, para cursos do mesmo eixo tecnológico. Essa percepção estratégica se inicia e se estabelece na construção do currículo.

Outro desafio a ser superado na atuação pedagógica junto ao Ensino Técnico diz respeito ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Projeja (BRASIL, 2006). Essa conexão é multifacetada pois intercala várias modalidades de ensino: Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos. Trazer a complexidade dessa articulação para o campo do currículo requer estabelecer as definições, objetivos, metodologias e avaliação de cada uma dessas categorias, especificamente no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, no entendimento de perfil diferenciado. Portanto, que se privilegie, a partir dessa desigualdade, condições para uma formação igualitária: “assim, sugere-se a seguinte aplicabilidade do currículo no sentido de privilegiar a emancipação e formar um sujeito atuante, pelo fato do currículo ser adaptado a sua real necessidade” (BARBOSA; BUENO, 2017, p. 116). A atuação pedagógica no Ensino Técnico sob a perspectiva de um currículo

diverso, político, em constante construção e estratégico abre a possibilidade de concretização dos seus objetivos, assim como ratifica e favorece a permanência e êxito dos discentes e da práxis educativa.

PLANEJAMENTO

Dentro da perspectiva pedagógica, a educação é definida como a causa de transformações no humano como um todo, incluindo mudanças comportamentais. Para tanto, são necessárias influências dos padrões exercidos sob esses alunos para favorecer as mudanças aconteçam. Quando bem executado, o planejamento proporciona boa influência de padrão para o objetivo da educação; portanto, planejar significa submeter uma dada realidade a um plano que se deseja alcançar. Na Escola Técnica de Saúde da UFPB, o pedagogo possui uma função muito importante no planejamento das atividades que ocorrem duas vezes ao ano, a pedido dos próprios professores. Eles consideram a atividade benéfica ao desenvolvimento das atividades da escola, para produção das aulas e para alcançar os planos almejados de melhoria do ensino. Gandin destaca que:

“O planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução”. (GANDIN: 2002, p. 17)

Planejar, então, para o pedagogo, é um desafio em todas as esferas da educação; logo, o planejamento no Ensino Técnico é também responsável por boa parte da boa condução do aluno na sociedade, uma vez que o Ensino Técnico tem como um dos seus objetivos a formação rápida para o ingresso no mercado de trabalho, no qual deverá agir em equipe, independente das suas áreas específicas de atuação. A prática pedagógica tem se mostrado eficiente na Escola Técnica de Saúde da UFPB, uma vez que o desenvolvimento do planejamento da escola tem sido muito produtivo. Durante a formação continuada busca-se o planejamento discutido coletivamente, envolvendo também os alunos.

Para Libâneo (1992, p.160), o trabalho docente é parte integrante do processo educativo, pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. O autor complementa: o trabalho docente constitui o exercício profissional do professor, seu primeiro compromisso com a sociedade; deve preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. Nesse processo o pedagogo busca realizar um planejamento efetivo, condizente com o Projeto Pedagógico Institucional da escola e capaz de trazer clareza para os mais diversos profissionais que compõem o corpo da escola, desde a organização de datas comemorativas até reuniões e rotinas.

Faz-se necessário comprometimento na execução do planejamento e em sua aplicação, pois o mesmo só tem eficácia quando os pedagogos que o conduzem buscam atualização face às contínuas mudanças da educação e da sociedade e quando estão dispostos a proporcionar a educação de qualidade. O planejamento permite à escola um ensino mais eficaz. O pedagogo, ao planejar, deve estar familiarizado com o que pode pôr em prática, de maneira que possa selecionar, adaptando tudo isto às necessidades e interesses da comunidade como um todo, auxiliando o corpo docente para aulas dinâmicas e eficazes, transformando conceitos em realidade e analisando tudo aquilo que já foi elaborado anteriormente, mas que precisa melhorar. Diante do exposto, vale considerar sempre as especificidades de cada ambiente de convívio, sobre os quais Turra esclarece:

Ainda temos a considerar que as condições de trabalho diferem de escola para escola, tendo sempre que adaptar seus projetos às circunstâncias e exigências do meio. Considerando que o ensino é o guia das situações de aprendizagem e que ajuda os estudantes a alcançarem os resultados desejados, a ação de planejá-lo é predominantemente importante para incrementar a eficiência da ação a ser desencadeada no âmbito escolar. (TURRA: 1995, p. 20).

AVALIAÇÃO

Para Ragel (1988: p. 13-14), a coordenação pedagógica caracteriza-se pelo “trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento de processo ensino-aprendizagem”. Quanto à avaliação, o (a) pedagogo (a), enquanto coordenador pedagógico, tem a função de promover o suporte didático-pedagógico,

compreendendo vários aspectos inclusive a legislação com aspectos qualitativos sobrepostos aos quantitativos. Quanto à quantificação da avaliação, MEIER afirma que:

O professor em seu trabalho de avaliar busca informações a respeito do que o aluno consegue fazer, o que ele já domina sem ajuda. Após a aplicação de testes envolvendo os conceitos trabalhados em sala de aula, o professor atribui uma nota (escala de 0 a 100) segundo a quantidade de erros cometidos nos testes, segundo a média de acertos. (2005, p.170)

Podemos destacar que não há informações sobre as potencialidades de aprendizagem dos discentes, como também noções de quais possíveis estratégias o professor pode seguir no processo de ensino-aprendizagem, pois essa forma de avaliar apenas traz informações do quanto o aluno já sabe de fato. Ao observarmos como e quando esse tipo de avaliação é aplicada e utilizada, fica evidente a sua soberania, como também sua finalidade de realizações de provas e atribuições de notas, porém a avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. (CALDEIRA: 2000).

Considerando os aspectos qualitativos de avaliação, a mesma centra-se em todo o processo de ensino-aprendizagem e requer um diagnóstico desse processo. Dentre os documentos legais em que se fundamenta podemos destacar A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que aponta para a necessidade de uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL: 1996). Para torná-la eficaz precisamos de uma nova percepção do processo avaliativo, na qual o fracasso do aluno seja atrelado ao fracasso também do professor e da instituição na qual está inserido, uma vez que a finalidade do ensino é a aprendizagem, não uma quantificação do processo. Nesse aspecto, até os erros são levados em conta no processo avaliativo, os quais indicam como os novos conhecimentos são adquiridos, identificando os conhecimentos que servem de base para os subsequentes.

A Escola Técnica De Saúde (ETS) é caracterizada como uma escola da Educação Profissional técnica de nível médio. Mediante o desafio do reconhecimento

de identidade na Educação Básica diante de uma instituição de Educação Superior (Universidade Federal da Paraíba (UFPB)), vê-se um ambiente onde há reflexo quanto a uma cobrança por uma avaliação quantitativa. Quanto a esse princípio de avaliação nas instituições de Ensino Superior, SANTOS afirma:

Trata-se de uma avaliação quantitativa, externa, quer do trabalho de docência, quer do trabalho de pesquisa, deixando-se de fora a desempenho de quaisquer outras funções, nomeadamente as de extensão por mais relevantes que sejam no plano social. No caso da pesquisa, centra-se no que é mais facilmente contabilizável através de técnicas bibliométricas que diferenciam tipos e locais de publicação ou o impacto das publicações medido por índices de citação. Nas áreas de extensão, menos facilmente quantificáveis, pouca avaliações universidades-indústria e a centrar-se em critério quantitativos, como, por exemplo, o número de patentes (SANTOS: 2005, p. 105).

É notória uma pressão externa quanto à quantidade de produção e de números visíveis; isso reflete em inúmeros aspectos nessas instituições. Consequentemente, tudo que está vinculado às universidades e a seus processos no dia a dia - como a prática docente - acaba fazendo parte das consequências desse reflexo. Portanto, a coordenação pedagógica na ETS/UFPB vê-se desafiada a encontrar formas para que essa quantificação do saber seja superada, assim como incentivar os professores a desconstruir essa soberania de um modelo muitas vezes inconsciente de avaliação quantitativa e de instrumento de reprovação. Essa visão de avaliação como um instrumento de reprovação está tão enraizada que até mesmo os professores resistem em serem avaliados pelos alunos na escola, sendo essa mesma avaliação comum na UFPB. Um processo que auxilia na reflexão da própria prática docente.

Portanto, o desafio é enxergar a escola como uma instituição técnica de nível médio, diante do cenário em que a mesma está inserida, visando desenvolver conhecimentos, habilidades e competências de forma consistente, respeitando o tempo e o processo de aprendizagem de cada indivíduo inserido na instituição, através de uma avaliação qualitativa alicerçada pela tríade Ação-Reflexão-Ação, num acompanhamento permanente do professor que incitará o aluno a novas questões a partir da reflexão, constituindo assim o processo de ensino-aprendizagem.

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Dentre a gama de atribuições da atuação pedagógica está a articulação sistemática das atividades escolares destinadas aos educandos, a partir de uma relação reflexiva sobre as metodologias adotadas pelos professores, atuando como mediador entre aquele para quem se destina o fazer educativo e o corpo docente. É papel do pedagogo no setor gerencial das instituições de ensino articular e sistematizar o trabalho do corpo docente enquanto adota nas práticas de orientação, mediando as relações entre professores e o corpo discente.

A atuação do pedagogo enquanto coordenação pedagógica propõe articular os órgãos escolares em um processo de sistematização. Se observamos, portanto, a atuação do pedagogo em dois eixos de atuação: supervisão e orientação educacional, historicamente as funções são acumuladas por um único profissional, se dividindo apenas a partir da metade para o final do século XX, com novas interpretações sobre gestão escolar. De acordo com Capellari (2016, p. 3), a orientação educacional visa promover ações que levam o educando a se desenvolver, atendendo ao disposto no artigo 2º da LDBEN enquanto que dispõe sobre a finalidade da educação ser “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em observância ao contexto social do educando, a função deste profissional é desempenhar ações que visem promover o desenvolvimento emocional do aluno, “com vistas a promover o atendimento de suas necessidades de desenvolvimento como, pessoa, de forma equilibrada” (CAPELLARI, 2016, p. 4). De acordo com a autora ainda, o orientador estimula o discente a se entender e entender o outro; partindo dessa perspectiva, o orientador também auxilia no processo de construção identitária do sujeito, enquanto media as ações educativas. De acordo com o decreto de nº 72.846 de 1973, artigo 8º, são competências do orientador: “coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global”, que posteriormente vai se relacionar diretamente com a finalidade de preparo para o mercado de trabalho disposto enquanto fins da Educação Nacional na LDBEN. Assim também se conclui a função disposta no mesmo decreto e artigo sobre “coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando” e também a atividade de “coordenar

o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional” disposto em alínea posterior.

A participação nos conselhos escolares, disciplinares e de reuniões de colegiado de curso faz parte das atividades do pedagogo na Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba, assim como a contribuição nos processos de elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC - da escola, a implementação e acompanhamento dos mesmos; o contato direto com os educandos a fim de evitar evasão; a promoção de atividades de orientação educacional para os estudantes e didático-pedagógica entre docentes; o acompanhamento global do aluno, atendendo as determinantes sobre o seu bem-estar físico, social e mental; a incorporação de ações de inclusão, atendendo aos critérios de diversidade da pessoa humana; a promoção de projetos educacionais ao longo dos períodos letivos; os processos de seleção, trancamento, certificação, conclusão dos educandos em disciplinas, cursos e módulos; o senso escolar; as atividades de gerenciamento dos métodos avaliativos adotados pela escola, dos planos de ensino e documentação do alunado; avaliação institucional da ETS, seleção, supervisão e orientação dos estagiários da coordenação pedagógica e articulação com órgãos internos da instituição escolar, da universidade e órgãos externos ao campo da ETS, bem como instituições de hierarquia superior sejam da educação ou outros inerentes ao trabalho adotado pela escola.

Relacionando as atividades ao decreto de 72.846/73, ao pedagogo cumpre o papel de situar as atividades de orientação educacional em sentido vocacional, mas não se dedica apenas a essa perspectiva, se debruçando sobre ações de sistematização de informações sobre o educando, acompanhamento e encaminhamento para serviço especializado, atuar no acompanhamento pós-escolar, nas ações de promoção e recuperação dos educandos e ainda atuar em serviços de pós-graduação da área específica. Sua área de atuação não se limita apenas ao educando, mas busca promover ações articuladas sobre todo o contexto social de comunidade em que a instituição de ensino esteja inserida, adentrar no processo curricular da escola e buscar conhecer e mediar as relações familiares dos estudantes. Pode-se afirmar que o pedagogo encarregado da orientação educacional assume atribuições correlatas às de um profissional que visa compreender o educando de maneira holística, integral, o auxiliando a desenvolver-se plenamente.

Dentro dos aspectos que surgem como norteadores das atividades do pedagogo nas instituições escolares de Ensino Técnico de nível médio, quando observamos o descrito nas atividades propostas no regimento interno na Escola Técnica de Saúde - ETS da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, observamos o trabalho articulado da coordenação pedagógica em sentido de orientação e supervisão educacional. Assim, faz parte do trabalho do pedagogo auxiliar os educandos na sistematização das suas atividades escolares ao tempo que relacionam ao fazer laboral de forma que o educando consiga compreender-se enquanto futuro profissional, formado para atuar como instrumento transformador da sociedade em que vive.

O pedagogo nas instituições de Ensino Técnico de nível médio possui competência de auxiliar o estudante a situar-se enquanto ser pensante e atuante na sociedade, superando a ideia tecnicista da educação muito propagada nos anos de ditadura, e auxiliando a instituição a promover atividades e currículo integrado e interdisciplinar, através de um olhar holístico do aprendente e da instituição. Ainda sobre a atuação pedagógica no Ensino Técnico, e cabe ressaltar em todos os níveis de ensino, um grande desafio para a orientação pedagógica diz respeito a figura do pedagogo ser encarada dentro de um aspecto de inspeção no âmbito escolar. Superar essa visão, colocando a coordenação pedagógica na postura de intermediadora e assessora didático-educacional no âmbito escolar, tem sido o objetivo fundamental de atuação, para que os processos educacionais sejam de fato estabelecidos e produtores.

A orientação pedagógica, especificamente na atuação na Escola Técnica de Saúde da UFPB, tem se estabelecido de forma eficaz no sentido de promover um canal aberto de diálogo e comunicação entre os setores educacionais. Das direções às coordenações de curso, do corpo docente ao discente. Fazendo com que os processos educacionais e a organização didático-pedagógica da ETS/UFPB sejam consistentes e eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações expostas, pode-se concluir que a atuação pedagógica vai muito além da sala de aula; sobretudo colocar um pedagogo em um espaço de Ensino Técnico de nível médio significa estabelecer uma área de atuação ampla, capaz

de identificar questões sociais, de aprendizagem e estabelecer objetivos com o intuito de fortalecer todas as esferas nas quais ele esteja inserido. Na Escola Técnica de Saúde da UFPB, ela buscou exercer seu trabalho a partir da construção do currículo, sob a perspectiva de um fazer/ação por todos da comunidade escolar, planejando de forma seletiva, dinâmica e com eficácia, avaliando os alunos como um todo, e não como seres apenas numéricos. Orientar da melhor maneira possível as atividades e situações do âmbito escolar, correlatas ao de um profissional que visa compreender o educando de maneira holística, integral, o auxiliando a desenvolver-se plenamente.

A atuação pedagógica no Ensino Profissional técnico de nível médio deve encarar o trabalho dentro do âmbito escolar de forma a contribuir para que tudo flua de forma coerente e necessária, sendo responsável pelo processo educativo, como sua profissão permite. A coordenação torna-se eficaz, em qualquer nível de ensino, inclusive no Ensino Técnico, quando emerge nos desafios propostos e encontrados na dinâmica do trabalho e, a partir deles, intermedia os processos de busca de superação, estabelecendo uma forte, produtora e democrática organização didático-pedagógica.

LOPES, T. S.; MOURA, A. R.; SILVA, K.; LIMA, S. K. L. A pedagogical look at high school technical education. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2021.

ABSTRACT: This article presents an experience report about the dynamics of Pedagogical Coordination in the Technical Higher Education at the Escola Técnica de Saúde da Paraíba, highlighting the challenges faced and the strategies outlined for overcoming of the same. In order to do so, the work is presented from the perspective of four dimensions that permeate the educational processes: the curriculum, understood as an articulator between theory and the educational praxis, seeking to meet the skills and competences required by the regulations governing technical education; planning, promoting the intermediation of an understanding that the teaching process starts from the planning, in line with the curriculum and expected outcomes of the teaching-learning process; the evaluation, in the promotion of didactic-pedagogical support, emphasizing the evaluation of qualitative form, before a culture of quantification of the learning; and educational and pedagogical orientation, where a communication channel is established between the sectors of the institution and all the actors involved, providing the development of the objectives outlined. In this sense, the pedagogical performance in technical teaching becomes effective in what it is proposed for and the search for effectiveness of the teaching-learning process.

KEYWORDS: Education. Pedagogical Coordination. Technical Education.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Sebastião Cláudio; BUENO, Bruno Rodrigues. A Construção do currículo integrado na experiência PROEJA-FIC/PRONATEC em Goiânia. In: PEREIRA, Josué Vidal; CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de; BARBOSA, Sebastião Cláudio. (orgs.). *Diálogos sobre educação de jovens e adultos: desafios políticos e pedagógicos da integração com a educação profissional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.
- BRASIL. *Decreto 5.840/2006*. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2006.
- BRASIL. *Decreto nº 72. 846, de 26 de setembro de 1973*. Regulamentada a Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Legislação informatizada. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72846-26-setembro-1973-421356-norma-pe.html>>.
- BRASIL. *Lei 9.394/1996*. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.
- BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 6 de 2012*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica, 2012.
- CALDEIRA, Anna Salgueiro. *Ressignificando a avaliação escolar*. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 129 p.
- GANDIN. *Planejamento Como Prática Educativa*. São Paulo: Loyola, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MACEDO, Elizabeth. Diferença cultura e conhecimentos acumulados: conversas a partir da multieducação. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa e MOURA, Arlete Pereira (orgs.). *Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas*. João Pessoa: Ideia, 2005.
- MEIER, Marcos. *Mediação da aprendizagem: contribuições de Vigotsky/marcos Meier, Sandra Garcia*. Curitiba: Edição do autor, 2005.
- PEREIRA, Josué Vidal. Evasão, retenção e o *habitus* docente na educação de jovens e adultos. In: *Diálogos sobre educação de jovens e adultos: desafios políticos e pedagógicos da integração com a educação profissional*. PEREIRA, Josué Vidal; CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de; BARBOSA, Sebastião Cláudio (orgs.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.
- RAGEL, Mary. *Supervisão pedagógica: um modelo*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes 1988.
- ROSSI, Vera Lúcia de. *Gestão do Projeto Político-Pedagógico: entre corações e mentes*. São Paulo: Moderna, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XX: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, T. S.; MOURA, A. R.; SILVA, K.; LIMA, S. K. L.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 36. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TURRA, C. M. G.; ENRICONE, D.; SANT'ANNA, F. M.; ANDRÉ, LENIR Cancell. *Planejamento de ensino e avaliação*. 11. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1995.

Recebido em: 04/07/2020.

Aprovado em: 07/11/2020.